

# Secretaria 'ignora' R\$ 4 milhões para parques

*Verba está à disposição do Meio Ambiente há quatro anos e pode até ser perdida*

JOSÉ MARIA TOMAZELA

**S**OROCABA – Uma verba de R\$ 4 milhões destinada à melhoria de infraestrutura e segurança dos parques estaduais de mata atlântica no Vale do Ribeira está há mais de quatro anos à disposição da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e ainda não foi usada. O dinheiro corresponde à compensação ambiental que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) tem de pagar ao Estado por conta das obras de duplicação da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116). A provisão da verba foi feita em 1996 e o empenho é do início de 1997. Caso o Estado não a use até o fim do ano, perderá o direito ao dinheiro.

Na época do empenho, o valor correspondia a US\$ 4 milhões, por causa da paridade com o dólar. A verba não teve correção no período.

O diretor-geral do Instituto Florestal, Luis Alberto Bucci, disse ontem à noite que o processo para obtenção

da verba correspondente a compensação ambiental pelas obras de duplicação da Régis Bittencourt, foi iniciado em fevereiro de 1998. Ele contestou a informação do DNER de que a verba estava disponível desde o início de 97. "A primeira nota de empenho que recebemos do DNER foi em julho de 2000". Segundo ele, o convênio para a liberação desses recursos foi assinado em 10 de fevereiro de 2000 pelo governador Mário Covas. A verba ainda não foi resgatada, segundo ele porque algumas certidões exigidas pelo DNER, têm prazo de validade de apenas um mês. "O prazo expira durante a tramitação e

nos obriga a fazer a troca".

De acordo com a Assessoria de Comunicação do DNER, a compensação ambiental está prevista no contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financiou a obra. A rodovia corta o Parque Estadual de Jacupiranga, segunda maior reserva do Estado, com 150 mil hectares. Para receber a verba, o governo estadual teria de apresentar um projeto e algumas certidões negativas de inadimplência, de acordo com os padrões estabelecidos pelo governo federal. O projeto, confiado ao Instituto Florestal, órgão da secretaria, foi elaborado e aprovado.

O dinheiro seria aplicado em educação ambiental e na fiscalização dos Parques de Jacupiranga, Carlos Botelho, Intervalos e do Alto Ribeira. As quatro unidades somam quase 300 mil hectares de mata atlântica. Nos últimos anos os parques vêm sendo invadidos por madeiros e cortadores de palmito, o que é atribuído ao número insuficiente de vigias.

Mesmo com o projeto pronto, o dinheiro não pode ser liberado porque, até o mês passado, a documentação não tinha sido apresentada. Em 29 de março, segundo o coordena-

dor do Meio Ambiente do DNER, Marco Antônio Palermo, os documentos foram protocolados no órgão. "Mas uma das certidões estava vencida, de forma que o processo continua pendente." Segundo o engenheiro, a procuradoria do DNER recebeu os documentos diante do compromisso de que a certidão inválida seria trocada. Ele alertou que esse é o último exercício em que o empenho pôde ser renovado. "Se o recurso não for tomado, volta para o órgão financiador." Segundo a Assessoria de Imprensa da secretaria, os documentos necessários à liberação da verba já foram providenciados.

**D**INHEIRO  
COMPENSA  
OBRAS  
NA RÉGIS

INSTITUTO	
	
<b>Documentação</b>	
SOCIOAMBIENTAL	OESP (geral)
Fonte	
Data	12/4/2001 Pg A12
Class.	688